



# TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Concurso Público para Provimento de Cargos de

## Analista Judiciário – Área Administrativa

P R O V A

Português

Conhecimentos Específicos

### INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Outubro/2001

## PORTUGUÊS

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

### ***Um sonho de simplicidade***

*Então, de repente, no meio dessa desarrumação feroz da vida urbana, dá na gente um sonho de simplicidade. Será um sonho vão? Detenho-me um instante, entre duas providências a tomar, para me fazer essa pergunta. Por que fumar tantos cigarros? Eles não me dão prazer algum; apenas me fazem falta. São uma necessidade que inventei. Por que beber uísque, por que procurar a voz de mulher na penumbra ou os amigos no bar para dizer coisas vãs, brilhar um pouco, saber intrigas?*

*Uma vez, entrando numa loja para comprar uma gravata, tive de repente um ataque de pudor, me surpreendendo assim, a escolher um pano colorido para amarrar ao pescoço.*

*Mas, para instaurar uma vida mais simples e sábia, seria preciso ganhar a vida de outro jeito, não assim, nesse comércio de pequenas pilhas de palavras, esse ofício absurdo e vão de dizer coisas, dizer coisas... Seria preciso fazer algo de sólido e de singelo; tirar areia do rio, cortar lenha, lavrar a terra, algo de útil e concreto, que me fatigasse o corpo, mas deixasse a alma sossegada e limpa.*

*Todo mundo, com certeza, tem de repente um sonho assim. É apenas um instante. O telefone toca. Um momento! Tiramos um lápis do bolso para tomar nota de um nome, de um número... Para que tomar nota? Não precisamos tomar nota de nada, precisamos apenas viver – sem nome, nem número, fortes, doces, distraídos, bons, como os bois, as mangueiras e o ribeirão.*

(Rubem Braga, 200 crônicas escolhidas)

1. Em seu sonho de simplicidade, o cronista Rubem Braga idealiza sobretudo

- (A) uma depuração maior no seu estilo de escrever, marcado por excessivo refinamento.
- (B) as pequenas necessidades da rotina, que cada um de nós cria inconscientemente.
- (C) uma relação mais direta e vital do homem com os demais elementos da natureza.
- (D) o aperfeiçoamento do espírito, por meio de reflexões constantes e disciplinadas.
- (E) a paixão ingênua que pode nascer com a voz de uma mulher na penumbra.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. O cronista condiciona a conquista de uma vida mais simples à possibilidade de viver sem precisar produzir nada, sem executar qualquer tipo de trabalho, afora o da pura imaginação.
- II. Alimentar um tal um sonho de simplicidade é, na perspectiva do cronista, uma característica exclusiva dos escritores que não mantêm relações mais concretas com o mundo.
- III. Cigarros, gravatas e telefones são elementos utilizados pelo cronista para melhor concretizar o mundo que representa uma antítese ao seu sonho de simplicidade.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Na frase

*Mas, para instaurar uma vida mais simples e sábia, seria preciso ganhar a vida de outro jeito, não assim, nesse comércio de pequenas pilhas de palavras, esse ofício absurdo e vão de dizer coisas, dizer coisas...*

o cronista

- (A) ressalta, com a repetição de *dizer coisas*, a importância de seu trabalho de escritor, pelo qual revela aos outros as verdades mais profundas.
- (B) justifica com a expressão *comércio de pequenas pilhas de palavras* a visão depreciativa que tem de seu próprio ofício.
- (C) apresenta como consequência de *instaurar uma vida mais simples e sábia* o fato de *ganhar a vida de outro jeito*.
- (D) utiliza a expressão *não assim* para apontar uma restrição à vida que seria preciso ganhar de outro jeito.
- (E) se vale da expressão *ofício absurdo e vão* para menosprezar o trabalho dos escritores que se recusam a profissionalizar-se.

4. Está correta a grafia de todas as palavras na frase:

- (A) O sonho do cronista parece estravagante, mas há que se reconhecer nele a beleza de uma vida a ser levada com muito mais distenção.
- (B) Quem vive de forma mais displacente não é o homem distraído das obrigações, mas aquele que atribue importância exclusiva aos negócios e à rotina urbana.
- (C) Um telefone corta abruptamente nossa evazão imaginária, e anotamos nomes e números, na sugestão aos velhos hábitos e compromissos.
- (D) Se uma vida mais natural nos restitui a extinta simplicidade, que empecilhos tão fortes nos impedem de desfrutá-la?
- (E) A singeleza de uma vida natural exclue, é obvio, aqueles valores supérfluos que encorporamos sem nunca os analisar.

<p>5. As normas de concordância verbal estão inteiramente respeitadas SOMENTE na frase:</p> <p>(A) Quando se fatigam os corpos, as almas restam mais sossegadas e limpas.</p> <p>(B) O que aflige o autor é os compromissos e os ofícios vãos, com os quais se envolvem permanentemente.</p> <p>(C) Não dura senão um rápido instante os vislumbres de uma vida mais simples.</p> <p>(D) Todas as coisas que se sonha nascem de carências reais.</p> <p>(E) Se houvessem mais coisas simples em nossa vida, não sonharíamos tanto com elas.</p>	<p>9. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Deu-lhe um sonho de simplicidade em face dessas desarrumações na vida, que aliás acomete a qualquer um, nestes tempos modernos de hoje que atravessamos.</p> <p>(B) O cronista demonstra, talvez, excesso de rigor, quando considera seu ofício não mais que uma banal operação, com a qual amontoa pequenas pilhas de palavras inúteis.</p> <p>(C) Se estamos emersos num sonho e o telefone toca, saímos deste e perdemos toda a continuidade do devaneio que vale mais à pena do que viver assim mecanicamente.</p> <p>(D) A verdade é que nem mesmo certo prazer é mais obtido pelo cigarro, cujo vício alimentamos sem pensar, assim como ocorrem em outros fatos da vida.</p> <p>(E) Apenas viver simplesmente torna-se um sonho em nosso tempo, onde a rotina nos faz mergulharmos em inúteis atividades que nem paramos para pensar nelas.</p>
<p>6. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>Eles não me dão prazer algum</i>, resultará a forma verbal</p> <p>(A) têm dado.</p> <p>(B) é dado.</p> <p>(C) tem sido dado.</p> <p>(D) teriam dado.</p> <p>(E) foi dado.</p>	
<p>7. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) Se todos se detessem mais do que um instante, um sonho seria mais que um sonho.</p> <p>(B) Como nunca te conviu sonhar, deduzo que sejas feliz.</p> <p>(C) O cronista provê de sonhos sua vida, ainda que sejam fugazes.</p> <p>(D) De onde proviram as gravatas, que se ostentam tão vaidosamente?</p> <p>(E) Ah, se retêssemos por mais tempo os sonhos que valham a pena sonhar...</p>	<p>10. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) Tive, sim um ataque de pudor, quando olhando-me com a gravata, tomei consciência de que pretendia ficar elegante com um pano colorido que mecanicamente, amarrara ao pescoço.</p> <p>(B) Tive sim um ataque de pudor quando, olhando-me com a gravata tomei consciência, de que pretendia ficar elegante com um pano colorido, que mecanicamente amarrara, ao pescoço.</p> <p>(C) Tive, sim, um ataque de pudor quando olhando-me, com a gravata, tomei consciência, de que pretendia ficar elegante com um pano, colorido, que mecanicamente amarrara ao pescoço.</p> <p>(D) Tive, sim, um ataque de pudor; quando olhando-me com a gravata, tomei consciência de que pretendia ficar elegante: com um pano colorido que, mecanicamente, amarrara ao pescoço.</p> <p>(E) Tive, sim, um ataque de pudor quando, olhando-me com a gravata, tomei consciência de que pretendia ficar elegante com um pano colorido que, mecanicamente, amarrara ao pescoço.</p>
<p>8. Está correto o emprego da expressão sublinhada na frase:</p> <p>(A) Tirar areia do rio e cortar lenha são atividades <u>a que</u> o cronista se entregaria com amor.</p> <p>(B) Ele julga ridícula a tira de pano colorido <u>do qual</u> se pretende ficar elegante.</p> <p>(C) A pessoa <u>cujo o</u> nome anotamos, significará de fato algo para nós?</p> <p>(D) O ribeirão e o boi, <u>aos quais</u> o cronista deseja pactuar, são exemplos de simplicidade.</p> <p>(E) <u>Com que</u> providências haveremos de tomar, para mudar nossa vida?</p>	

**Atenção:** As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

### **Práticas e convenções**

Os direitos e deveres estabelecem-se primeiro na prática, depois por convenção. O senso do que é justo, do que é socialmente desejável, mesmo do que é moral, firma-se em valores culturais, cujo acatamento coletivo muitas vezes demanda as prescrições de um código. Ocorre que a legitimidade desse código pode vir a se tornar mera e vazia convenção, quando seus postulados já não refletem a evolução dos fatos da cultura. As revisões dos dispositivos da lei fazem-se, por vezes, com tal atraso, que apenas retiram de um texto caduco aquilo que as pessoas há muito removeram de suas práticas sociais.

As recentes alterações no Código Civil brasileiro, elogiáveis em tantos aspectos, estão longe de representar algum avanço mais profundo, refletindo, apenas hoje, valores que, na prática social, firmaram-se há décadas. No que diz respeito ao papel da mulher na modernidade, essas alterações não fazem mais que formalizar (quase diria: envergonhadamente) direitos conquistados ao longo das lutas feministas, desde que a mulher tomou para si a tarefa que lhe cabia: demarcar com clareza e soberania o território de sua atuação, território que há muito é seu, não por convenção, mas pela ação cotidiana que se fez histórica.

(Diógenes Torquato, inédito)

11. Segundo o texto, as práticas sociais e o estabelecimento dos textos legais

- (A) ocorrem simultaneamente, com influências recíprocas.
- (B) constituem, respectivamente, o plano das convenções e o plano da vida cultural.
- (C) ocorrem simultaneamente, sem influência de um em outro.
- (D) constituem, respectivamente, o plano da vida cultural e o plano das convenções.
- (E) constituem, respectivamente, o plano dos valores ideais e o plano dos valores históricos.

12. Considere as seguintes afirmações:

- I. As recentes alterações no Código Civil brasileiro, no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade moderna, revelam-se anacrônicas, ignorando direitos há muito firmados na prática.
- II. As lutas feministas constituem um claro exemplo de que, antes de se sistematizarem num texto legal, os valores e os direitos se afirmam na prática das ações sociais.
- III. A legitimidade de um código legal depende de que este se apresente sem nenhum defeito formal, constituindo-se plenamente numa clara convenção.

Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

13. Para preencher de modo correto a lacuna da frase, o verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do plural em:

- (A) As normas que num código legal se ..... (**estipular**) devem acompanhar a prática das ações sociais.
- (B) As recentes alterações que ..... (**haver**) no Código Civil brasileiro são elogiáveis em muitos aspectos.
- (C) Não nos ..... (**dizer**) respeito definir o que é ou não é legítimo, se não distinguimos entre o que é e o que não é um fato social.
- (D) Se dos postulados dos códigos ..... (**nascer**) todo direito, a justiça humana seria uma simples convenção.
- (E) Ao longo das lutas feministas tanta coisa se ..... (**conquistar**) que muitos dispositivos legais se tornaram imediatamente obsoletos.

14. Os tempos verbais estão adequadamente articulados na frase:

- (A) As mulheres muito lutariam para que possam ter seus direitos respeitados.
- (B) Esses valores se instituíram na prática, e só muito depois houveram sido formalizados.
- (C) Firma-se o senso do que é justo à proporção que passassem os anos.
- (D) São de se elogiar as alterações apresentadas pelo Código que recentemente se lançou.
- (E) Coube às mulheres lutar para que sejam reconhecidos os direitos que lhes negássemos.

<p>15. A expressão <b>de cujo</b> preenche corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) É um processo de luta ..... sucesso muitas se empenham.</p> <p>(B) As novidades do novo Código Civil, ..... muito se falou, são um tanto tímidas.</p> <p>(C) As lutas feministas, ..... sucesso ninguém mais duvida, travaram-se ao longo de muitas décadas.</p> <p>(D) A grande tarefa do legislador, ..... esforço devemos reconhecer, é acompanhar a evolução dos fatos da cultura.</p> <p>(E) As práticas sociais, ..... valor nenhum outro deveria se sobrepor, são por vezes ignoradas.</p>	<p>18. Está inteiramente clara e correta a redação da frase:</p> <p>(A) É na constância da prática que os valores culturais se retificam, confirmando-se assim como valores onde sua legitimidade torna-se indiscutível.</p> <p>(B) Embora elogiáveis sobre muitos aspectos, as alterações do novo código não obtiveram mais do que buscar acompanhar fatos há muito consolidados.</p> <p>(C) O autor do texto ao tratar de práticas e convenções está referindo às ações nas quais cujos seus valores nem sempre são imediatamente acompanhados pela legislação vigorosa.</p> <p>(D) A demarcação de um campo de direitos não prescinde de muita luta, tal como pode observar quem venha acompanhando o processo das batalhas feministas.</p> <p>(E) Não obstante haja quem o discorde, muitos acreditam que o que é justo decorre do texto legal, não se passando o mesmo com a prática das ações.</p>
<p>16. Considere os seguintes casos:</p> <p>I. Os homens, que ignoram os direitos da mulher, passarão a acatá-los. Os homens que ignoram os direitos da mulher passarão a acatá-los.</p> <p>II. Somente, agora o Código Civil brasileiro incorporou as mudanças ocorridas. Somente agora o Código Civil brasileiro incorporou as mudanças ocorridas.</p> <p>III. O valor de um código, estabelecido por convenção, deve ser comprovado na prática. O valor de um código estabelecido por convenção deve ser comprovado na prática.</p> <p>A alteração na pontuação provoca alteração de sentido em</p> <p>(A) I, somente.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) I e III, somente.</p> <p>(D) II e III, somente.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>19. É preciso <b>corrigir</b> a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Li o novo código e, no fundamental, nada tenho a lhe opor.</p> <p>(B) É louvável, reconheça-se, a coragem com que as feministas pioneiras se lançaram à luta.</p> <p>(C) Os povos primitivos orientam-se por uma tradição de valores mais precisos e mais permanentes que os nossos.</p> <p>(D) Há sempre quem discuta as leis; mais difícil é haver quem discuta os valores já estabelecidos na prática social.</p> <p>(E) Se contra fatos não há argumentos, esta é uma afirmação autoritária, na qual não se deve recorrer.</p>
<p>17. A única frase corretamente construída é:</p> <p>(A) Espero que Vossa Excelência aprecie o novo código.</p> <p>(B) Se o senhor preferir, aguardarei que termine a leitura integral do código.</p> <p>(C) Se passares os olhos pela nova redação, poderá ver que são pequenas as alterações.</p> <p>(D) Conserva contigo esse exemplar do novo código; não vá perdê-lo, por favor.</p> <p>(E) Se Vossa Senhoria não fizer objeção, levo-lhe ainda hoje a nova redação do código.</p>	<p>20. A necessidade ou não do sinal de crase está inteiramente observada na frase:</p> <p>(A) Deve-se à luta das feministas o respeito aos direitos que cabem também às outras parcelas de injustiçados que integram a nossa sociedade.</p> <p>(B) Encontra-se a disposição dos interessados a nova edição do Código Civil, à qual, aliás, já se fizeram objeções à torto e à direito.</p> <p>(C) À vista do que dispõe o novo código, não caberá à ninguém a condição "natural" de cabeça de casal, à qual, até então, se reservava para o homem.</p> <p>(D) Pode ser que à curto prazo o novo código esteja obsoleto em vários pontos, à exemplo do que ocorreu com o antigo.</p> <p>(E) Não se impute à uma mulher a culpa de não ter lutado por seus direitos; todas as pressões sociais sempre a conduziram àquela "virtuosa" resignação.</p>

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

<p>21. A Corte Especial, do Tribunal Regional Federal, constituída</p> <p>(A) por dezoito juizes, é presidida pelo Presidente do Tribunal.</p> <p>(B) pela totalidade dos juizes, é presidida pelo Presidente do Tribunal.</p> <p>(C) pelo vice-presidente e pelos quinze juizes mais antigos do Tribunal, é presidida pelo decano.</p> <p>(D) pelos vice-presidente e corregedor geral, é presidida pelo juiz mais antigo do Tribunal, que também a integra.</p> <p>(E) pela totalidade dos juizes, é presidida pelo vice-presidente do Tribunal.</p>	<p>24. Considere as proposições abaixo sobre a competência dos membros do Tribunal Regional Federal.</p> <p>I. É vedado ao relator delegar atribuições a autoridades judiciárias de instância inferior.</p> <p>II. Ao corregedor-geral compete impor as penas de censura e advertência aos juizes inferiores; e estas penas e as de suspensão até trinta dias aos servidores da Justiça Federal.</p> <p>III. Ao vice-presidente do Tribunal incumbe decidir sobre a admissibilidade dos recursos ordinário, especial e extraordinário.</p> <p>IV. Cabe ao presidente do Tribunal decidir, antes da distribuição, os pedidos de assistência judiciária.</p>
<p>22. Às Primeira, Segunda e Terceira Seções do Tribunal Regional Federal, cabe, respectivamente, o processo e julgamento, entre outros casos, dos feitos relativos</p> <p>(A) à matéria penal em geral, direito das coisas e registros públicos.</p> <p>(B) aos benefícios previdenciários, concursos públicos e responsabilidade civil.</p> <p>(C) às contribuições sociais e outras de natureza tributária, propriedade industrial e ensino.</p> <p>(D) ao direito ambiental, nacionalidade e nulidade ou anulabilidade de atos administrativos.</p> <p>(E) à improbidade administrativa, desapropriação direta e indireta, e licitação e contratos administrativos.</p>	<p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I</p> <p>(B) III</p> <p>(C) IV</p> <p>(D) I e III</p> <p>(E) II e IV</p>
<p>23. A indicação pelo Tribunal Regional Federal de juizes federais a serem nomeados pelo Presidente da República para o cargo de juiz, por antiguidade e merecimento, observados outros requisitos legais e regimentais, far-se-á</p> <p>(A) alternadamente, entre aqueles com mais de trinta anos de idade e cinco de exercício.</p> <p>(B) sucessivamente, entre aqueles com mais de trinta anos de idade e dez de exercício.</p> <p>(C) alternadamente, entre aqueles com mais de vinte e cinco anos de idade e dois de exercício.</p> <p>(D) sucessivamente, entre aqueles com mais de trinta anos e cinco de exercício.</p> <p>(E) entre aqueles com mais de vinte e cinco anos de idade e cinco de exercício, tenham ou não manifestado interesse.</p>	<p>25. Com relação aos processos originários no Tribunal Regional Federal, é correto afirmar que,</p> <p>(A) se a inicial do mandado de segurança indicar litisconsorte, a intimação deste far-se-á, sempre, por oficial de justiça.</p> <p>(B) apenas antes da colocação do <i>habeas corpus</i> em mesa para julgamento é admissível a oposição do paciente.</p> <p>(C) sempre que entender conveniente, poderá o relator do mandado de segurança, ao seu elevado critério, suspender o ato que deu motivo ao pedido.</p> <p>(D) colocado o <i>habeas corpus</i> em mesa para julgamento com prioridade, opondo-se o paciente, não se conhecerá do pedido.</p> <p>(E) na ação rescisória o relator poderá delegar competência a juiz de primeiro grau para a prática de atos processuais, expedindo, para tanto, carta precatória.</p>

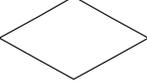
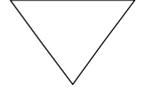
<p>26. No que tange a invalidação do ato administrativo é certo que</p> <p>(A) à Administração cabe revogar ou anular o ato, e ao Judiciário somente anulá-lo.</p> <p>(B) ao Judiciário cabe revogar ou anular o ato, e à Administração somente anulá-lo.</p> <p>(C) cabe tanto à Administração como ao Judiciário revogar ou anular o ato.</p> <p>(D) à Administração cabe somente a revogação do ato, enquanto que ao Judiciário apenas sua anulação.</p> <p>(E) ao Judiciário cabe somente a revogação do ato, enquanto à Administração apenas sua anulação.</p>	<p>31. Desconfio que um banco de dados de uma entidade governamental detém informações relativas a mim. Para me assegurar dos dados que ali constam, devo ingressar com um pedido de</p> <p>(A) <i>habeas corpus</i>.</p> <p>(B) mandado de segurança.</p> <p>(C) mandado de injunção.</p> <p>(D) <i>habeas data</i>.</p> <p>(E) ressarcimento por danos morais.</p>
<p>27. Considerando a fase de qualificação ou habilitação nas licitações, observa-se que a aptidão efetiva para exercer direitos e contrair obrigações, com responsabilidade absoluta ou relativa por seus atos, refere-se à</p> <p>(A) qualificação técnica.</p> <p>(B) habilitação jurídica.</p> <p>(C) qualificação profissional.</p> <p>(D) habilitação econômica.</p> <p>(E) qualificação financeira.</p>	<p>32. A Constituição Federal permite</p> <p>(A) ao Estado, privilegiar os cidadãos nascidos em seu território.</p> <p>(B) à União subvencionar cultos religiosos.</p> <p>(C) ao Estado, nos casos expressos em lei, recusar fé aos documentos públicos.</p> <p>(D) ao Município estabelecer relações de preferência ou distinção entre os vários Municípios limítrofes.</p> <p>(E) ao Município manter com representantes de igrejas relações de colaboração de interesse público, na forma do previsto em lei.</p>
<p>28. Em matéria de acumulação de cargo, é certo que</p> <p>(A) os princípios que regem essa acumulação não se aplicam aos empregos e funções nas empresas paraestatais.</p> <p>(B) vige a regra da permissividade da acumulação de cargos, empregos e funções públicas, sendo exceção a proibição.</p> <p>(C) vige a regra da não-acumulação de cargos, empregos e funções públicas, sendo exceção a acumulação.</p> <p>(D) não será necessário atender à compatibilidade de horários, quando a acumulação for de cargo em comissão ou de caráter temporário.</p> <p>(E) o aposentado pode, sempre e livremente, acumular provento e remuneração decorrente do exercício de cargo titularizado após a aposentadoria.</p>	<p>33. Na composição do Congresso Nacional, a representação é do povo, pelo</p> <p>(A) princípio majoritário, na Câmara dos Deputados; no Senado Federal, a representação é dos Estados e do Distrito Federal, pelo sistema proporcional.</p> <p>(B) sistema proporcional, na Câmara dos Deputados; no Senado Federal, a representação é dos Estados e do Distrito Federal, pelo sistema majoritário.</p> <p>(C) sistema proporcional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, por ser o Brasil uma República Federativa.</p> <p>(D) princípio majoritário, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, por ser o Brasil uma República Federativa.</p> <p>(E) sistema proporcional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, porque o princípio majoritário só é usado na escolha dos membros das Assembléias Legislativas Estaduais.</p>
<p>29. Dentre outras, constituem penas disciplinares aplicáveis aos servidores públicos, a</p> <p>(A) repreensão e férias obrigatórias sem abono.</p> <p>(B) cassação de aposentadoria e a exoneração.</p> <p>(C) advertência verbal e licença para fins militares.</p> <p>(D) destituição de cargo em comissão e o afastamento para outros órgãos.</p> <p>(E) destituição de função comissionada e a cassação de disponibilidade.</p>	<p>34. O processo e julgamento de uma causa entre um Estado estrangeiro e um Município competem</p> <p>(A) ao Juiz Federal.</p> <p>(B) ao Tribunal Regional Federal.</p> <p>(C) ao Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(D) ao Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(E) à Corte Internacional de Justiça.</p>
<p>30. Tendo em vista o objeto a que cada processo se destina, é INCORRETA a afirmação de que, o processo administrativo de</p> <p>(A) expediente é próprio do pedido de permissão de uso de bem público.</p> <p>(B) controle é exemplo daquele em que se verifica uma prestação de contas.</p> <p>(C) outorga refere-se à postulação de uma concessão de serviço público.</p> <p>(D) polícia está relacionado ao requerimento de alvará de pesquisa e lavra de jazida.</p> <p>(E) punição é voltado à aplicação de pena disciplinar ao servidor ou penalidade ao administrado.</p>	<p>35. Na promoção do Juiz de Direito, uma das normas que devem ser observadas é</p> <p>(A) o interstício mínimo de um ano de exercício na respectiva entrância para a promoção por merecimento.</p> <p>(B) a obrigatoriedade da promoção do juiz que figure por três vezes, consecutivas ou alternadas, em listas de merecimento.</p> <p>(C) que ela se dará, de entrância para entrância, alternadamente, segundo os critérios de antigüidade e merecimento.</p> <p>(D) a impossibilidade de o tribunal recusar a promoção do mais antigo, quando o critério for o da antigüidade.</p> <p>(E) a obrigatoriedade de o escolhido por merecimento integrar a primeira quinta parte da lista de antigüidade.</p>

<p>36. É certo que a personalidade civil do homem começa</p> <p>(A) na data em que foi feito o registro de seu nascimento.  (B) quando ele atinge os vinte e um anos de idade.  (C) com a sua emancipação.  (D) do seu nascimento com vida.  (E) no momento de sua concepção.</p>	<p>41. Uma empresa teve 65 pessoas desligadas no mês de junho. Sabendo-se que o quadro de pessoal no início do mês de junho era de 2 650 funcionários e no final do mesmo mês foi de 2 550 funcionários, o correto índice percentual da rotatividade mensal é</p> <p>(A) 2,300  (B) 2,407  (C) 2,500  (D) 2,600  (E) 5,192</p>								
<p>37. As pessoas jurídicas serão representadas, ativa e passivamente, nos atos judiciais e extrajudiciais</p> <p>(A) sempre por seus diretores.  (B) sempre pelos seus respectivos advogados.  (C) sempre por quem os respectivos estatutos obrigatoriamente designarem.  (D) por quem as leis comerciais designarem ou, não o designando, pelo sócio fundador.  (E) por quem os respectivos estatutos designarem, ou, não o designando, por seus diretores.</p>	<p>42. Considere os seguintes dados:</p> <p>Ocorrências no mês de julho:</p> <p><b>Número de horas</b></p> <table data-bbox="861 806 1460 985"> <tr> <td>perdas com faltas justificadas:</td> <td>600</td> </tr> <tr> <td>perdas com faltas injustificadas:</td> <td>450</td> </tr> <tr> <td>perdas com atrasos e saídas antecipadas:</td> <td>150</td> </tr> <tr> <td>planejadas:</td> <td>12 000</td> </tr> </table> <p>Nesse mês, o índice de absenteísmo foi de</p> <p>(A) 1,25%  (B) 3,75%  (C) 5,00%  (D) 8,75%  (E) 10,00 %</p>	perdas com faltas justificadas:	600	perdas com faltas injustificadas:	450	perdas com atrasos e saídas antecipadas:	150	planejadas:	12 000
perdas com faltas justificadas:	600								
perdas com faltas injustificadas:	450								
perdas com atrasos e saídas antecipadas:	150								
planejadas:	12 000								
<p>38. Os bens móveis destinados à alienação; e aqueles que não podem substituir-se por outro da mesma espécie, qualidade e quantidade, classificam-se, respectivamente, como</p> <p>(A) divisíveis e singulares.  (B) consumíveis e infungíveis.  (C) singulares e fungíveis.  (D) principais e indivisíveis.  (E) coletivos e acessórios.</p>	<p>43. O organograma linear tem por finalidade apresentar graficamente</p> <p>(A) as diferentes unidades de uma organização, interligadas por meio de linhas de subordinação hierárquica ou funcionais existentes entre elas.  (B) a estrutura organizacional contendo as unidades, seus titulares e suas atribuições e responsabilidades.  (C) a estrutura de organização do trabalho, estabelecendo as unidades, atividades, responsáveis e prazos a serem cumpridos dentro de um planejamento definido.  (D) a organização departamentalizada, cuja estrutura está orientada por processos de trabalhos lineares.  (E) os fluxos de informações existentes dentro do ambiente estruturado, demonstrando as entradas, processamentos e saídas.</p>								
<p>39. Todo ato lícito que tenha por fim imediato, entre outros, resguardar, transferir ou modificar direitos, denomina-se</p> <p>(A) representação jurídica.  (B) interesse jurídico.  (C) capacidade jurídica.  (D) ato jurídico.  (E) fato jurídico.</p>									
<p>40. Em matéria contratual é correta a afirmação de que</p> <p>(A) não se considera presente a pessoa que contrata por telefone, fax ou e-mail.  (B) o contrato benéfico deve ser interpretado amplamente.  (C) a herança de pessoa viva não pode ser objeto de contrato.  (D) a impossibilidade da prestação sempre invalida o contrato.  (E) é imprescindível que a manifestação de vontade no contrato seja expressa.</p>									

44. Os formulários planos, quanto às suas dimensões, seguem o padrão

- (A) A4 e A5, estabelecido pela ABNT.
- (B) da série A, estabelecido pela ABNT.
- (C) da série A, carta, ofício e duplo-ofício.
- (D) estabelecido pela própria organização.
- (E) de medidas em centímetros ou polegadas, dependendo da aplicação a ser dada.

45. Assinale a alternativa que contém a correta correlação entre os elementos das rotinas e os símbolos que devem ser desenhados no fluxograma.

Rotina	Símbolos
I. Relatório de materiais estocados.	a. 
II. Decide, através de verificação no relatório de materiais estocados, se existem materiais que necessitam ser comprados.	b. 
III. Programa a emissão de pedido de compra, caso existam materiais a serem comprados.	c. 
IV. Arquiva o relatório de materiais estocados, caso não existam materiais a serem comprados.	d. 

- (A) I - a, II - b, III - c, IV - d
- (B) I - b, II - a, III - d, IV - c
- (C) I - c, II - b, III - a, IV - d
- (D) I - d, II - a, III - b, IV - c
- (E) I - d, II - a, III - c, IV - b

46. A motivação das pessoas

- (A) depende delas estarem de "bem" com a vida.
- (B) depende do ambiente de trabalho.
- (C) é determinada pelo estilo do líder.
- (D) depende principalmente da remuneração.
- (E) está condicionada às suas necessidades, portanto, é intrínseca às pessoas.

47. As atividades relacionadas ao recrutamento e seleção são, respectivamente,

- (A) a identificação de mão-de-obra qualificada e a entrevista.
- (B) a triagem e a escolha do candidato pela área de RH.
- (C) as ações de atração e a escolha comparativa de candidatos.
- (D) a aplicação de testes e a entrevista.
- (E) a avaliação psicológica e a entrevista.

48. O processo de análise de um cargo se baseia nos aspectos relacionados

- (A) às habilidades dos empregados ocupantes do cargo.
- (B) às tarefas (o que), suas operações (como), finalidade (para que), periodicidade (quando) e características.
- (C) às tarefas (o que), suas operações (como), finalidade (para que), periodicidade (quando) e habilidades dos ocupantes.
- (D) à verificação da coerência entre as habilidades dos ocupantes e as necessidades do cargo.
- (E) à distribuição funcional das tarefas de uma área.

49. A implantação de um sistema de remuneração tem como objetivo principal,

- (A) regularizar e reduzir a subjetividade das chefias na administração salarial.
- (B) criar condições para contratar empregados mais competentes.
- (C) aumentar a qualidade e a produtividade da empresa.
- (D) melhorar o clima organizacional e as relações entre os empregados.
- (E) reduzir o custo com a mão-de-obra.

50. A forma de treinamento mais adequada ocorre

- (A) em seminários e congressos.
- (B) por meio de aulas expositivas e trabalhos em grupo.
- (C) durante o horário de trabalho, envolvendo leitura e discussão com colegas.
- (D) no próprio local de trabalho mediante instrução e o acompanhamento da execução.
- (E) em qualquer lugar, sendo essencial que seja pago pela empresa, não importando a forma.

<p>51. O registro do produto da venda de sucatas em conta de Passivo Financeiro para atender durante diversos exercícios despesas de pronto pagamento da entidade, representa desrespeito ao princípio</p> <p>(A) da unidade.  (B) da anualidade.  (C) da universalidade.  (D) do orçamento bruto.  (E) da não afetação.</p>	<p>56. As etapas a que se submetem as despesas, desde a fixação até seu pagamento, devem necessariamente observar a seguinte seqüência:</p> <p>(A) empenho, licitação, ordem de pagamento, liquidação.  (B) licitação, liquidação, empenho, ordem de pagamento.  (C) empenho, licitação, liquidação, ordem de pagamento.  (D) licitação, empenho, ordem de pagamento, liquidação.  (E) licitação, empenho, liquidação, ordem de pagamento.</p>								
<p>52. Em sua fase ascendente, teoricamente, em cada unidade orçamentária a elaboração do orçamento deve iniciar-se</p> <p>(A) no gabinete de seu dirigente.  (B) nas unidades que integram o gabinete de seu dirigente.  (C) nas unidades imediatamente inferiores às que compõem o gabinete do seu dirigente.  (D) nas suas unidades de maior porte.  (E) nas suas unidades de menor nível.</p>	<p>57. Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor,</p> <p>(A) a liquidação.  (B) a licitação.  (C) o empenho.  (D) a ordem de pagamento.  (E) a ordem de serviço.</p>								
<p>53. Na codificação da receita orçamentária os dígitos que correspondem à categoria econômica são os</p> <p>(A) primeiros.  (B) primeiros e os segundos.  (C) segundos.  (D) segundos e os terceiros.  (E) terceiros.</p>	<p>58. Considerando que a despesa do exercício apresenta a seguinte situação:</p> <table border="0" style="margin-left: 40px;"> <tr> <td>• Fixada</td> <td style="text-align: right;">200</td> </tr> <tr> <td>• Economia Orçamentária</td> <td style="text-align: right;">5</td> </tr> <tr> <td>• Liquidada</td> <td style="text-align: right;">155</td> </tr> <tr> <td>• Paga</td> <td style="text-align: right;">125</td> </tr> </table> <p>Os restos a pagar processados têm valor de</p> <p>(A) 25  (B) 30  (C) 35  (D) 40  (E) 45</p>	• Fixada	200	• Economia Orçamentária	5	• Liquidada	155	• Paga	125
• Fixada	200								
• Economia Orçamentária	5								
• Liquidada	155								
• Paga	125								
<p>54. Constitui despesa pública de um exercício financeiro</p> <p>(A) operação de crédito a ser resgatada no exercício.  (B) depósito recebido em caução como garantia de fornecimento.  (C) consignação retida em folha de pagamento de pessoal.  (D) compra de móveis diversos para uso na unidade.  (E) despesa empenhada legalmente em período anterior.</p>	<p>59. Uma despesa de um exercício nele não processada, embora tivesse saldo suficiente, pode ser atendida no exercício subsequente por</p> <p>(A) crédito especial.  (B) dotação para isso suplementada no exercício seguinte.  (C) despesas de exercícios anteriores, após reconhecida.  (D) restos a pagar restabelecidos.  (E) dotação dessa mesma despesa, do exercício seguinte.</p>								
<p>55. A atual classificação funcional-programática segue a seguinte ordem:</p> <p>(A) função, programa, subprograma e projeto ou atividade ou operação especial.  (B) função, subfunção, programa e projeto ou atividade ou operação especial.  (C) função, subprograma, programa e projeto ou atividade ou operação especial.  (D) programa, função, subfunção e projeto e atividade.  (E) função, subfunção, programa, projeto e atividade.</p>	<p>60. Por disposição legal, a responsabilidade por prejuízos causados à Fazenda Pública decorrentes de atos praticados por subordinado é</p> <p>(A) do ordenador da despesa, sempre.  (B) do ordenador da despesa, apenas salvo convivência.  (C) do ordenador da despesa e do subordinado, solidariamente, sempre.  (D) deste, no que exorbitar das ordens recebidas.  (E) deste, sempre.</p>								